

A crítica do simbólico em Fernand Deligny^{NT}

René Lourau^{NT}

RESUMO:

O artigo aborda a crítica radical que o educador francês Fernand Deligny endereça à primazia e/ou onipresença da noção de simbólico em variados setores da prática (pedagogia, terapêutica, reabilitação, etc.) e da teoria. Privilegia, neste sentido, o percurso deligniano, denominado aclínico, com crianças autistas, desenvolvido ao longo de quarenta anos na montanha de Cévennes, ao sul da França. A gênese teórica do conceito de rede, fundamental neste empreendimento, é explorada em sua vinculação à gênese social, propiciando uma apreensão histórico-crítica do trabalho de Deligny, na qual se destaca a análise de suas implicações existenciais e intelectuais, explicitamente compartilhadas pelo autor do artigo.

“É um homem ou uma pedra ou uma árvore que vai começar o quarto canto”

Lautréamont, *Os cantos de Maldoror*

Para compreender a crítica endereçada por Deligny^{NT} ao reino aparentemente imperial do simbólico em certos setores da prática e da teoria, podemos nos referir à prática deligniana (conforme vista por ele mesmo ou por um observador externo) com crianças autistas, ou apresentando outras formas de mutismo, no quadro de equipes flutuantes de acompanhantes adultos.

Esta prática *aclínica* (a observação não está “armada” por saberes médicos ou psicológicos, e será aqui denominada observação desarmada) consiste, em um percurso

^{NT} [“La critique du symbolique chez Fernand Deligny”, *La Lettre du G.R.A.P.E. [Groupe de Recherche et d’Action pour l’Enfance]*, n. 27, março de 1997. Tradução de Antonio Carlos Cerezo e Heliana de Barros Conde Rodrigues, publicada pela primeira vez em *Transversões*, v. 1, n. 1, Escola de Serviço Social (ESSO), UFRJ, 1999, pp. 200-211. As notas numeradas são de autoria de René Lourau e sua ordem corresponde à edição original. Notas dos tradutores serão sempre sinalizadas por “NT” e inseridas entre colchetes]. Revisão técnica da versão atual e das notas dos tradutores por Eder Amaral.

^{NT} [Professor de Sociologia, Universidade de Paris VIII.].

^{NT} [Fernand Deligny (1913-1996), pouco conhecido no Brasil em função da escassez de traduções, foi um professor primário francês, criador de uma comunidade agrária para crianças autistas, bem diferente dos estabelecimentos especializados de cuidados. Ali não se visa a tratá-las, tampouco a transformar os membros adultos em especialistas, mas a viver com as crianças e a deixá-las viver].

de quase quarenta anos, na montanha de Cévennes (sul da França), em viver em um dispositivo em forma de rede¹.

Constata-se que a gênese teórica do conceito de rede em Deligny está fortemente ligada a três níveis de sua gênese social:

– a forma existencial da rede de traços (“derivadas”, “ligaduras”^{NT}) observada cotidianamente nos deslocamentos e atividades dos autistas; estes deslocamentos e atividades dão lugar ao estabelecimento, pelos adultos, de mapas sobre os quais trabalham a fim de apreender a lógica dos autistas enquanto “etnia singular”². A leitura do livro de Pierre Clastres, *A sociedade contra o Estado* (1974)^{NT}, marca para Deligny uma modificação relativamente importante: reconhecendo nos Ameríndios Tupi-Guarani descritos pelo etnólogo muitas similitudes com a população de crianças autistas, pode-se dizer que, a partir dessa data, a observação já não é inteiramente desarmada, visto que a referência a Clastres passa a ser, desde então, recorrente;

– a organização que, na falta de termos melhores, se dirá pedagógica, de uma rede de espaços ou “áreas de estadia”. As áreas reagrupam, na montanha – pouco densamente habitada por alguns camponeses acolhedores –, um pequeno número de crianças e

¹ Michel Barthélemy, *Fernand Deligny ou les fondements du lien social: une analyse ethnométhodologique d'un charisme*, Tese de doutorado, Institut d'Études Politiques de Paris, 1988; e, do mesmo autor, “Une pratique social singulière: voir et faire voir le sens d'une pratique autistique”, *Cahiers de Recherche Ethnométhodologique*, Université de Paris VIII, n. 2, junho de 1996.

^{NT} [No original “erres”, “chevêtres”. Não havendo antecedentes de tradução para o português (em 1999), optamos, quanto ao primeiro termo, pela sugestão de Alberto Cardín. Este, ao traduzir para o espanhol um fragmento de Deligny incluído no livro *Co-ire, Album systématique de l'enfance*, de René Schérer e Guy Hocquenghem (1976), opta por traduzir “erre” por “deriva”, já que o termo francês indica simultaneamente marcha de um barco, direção de um deslocamento, marca, pista e rastro. Segundo Cardín – com quem concordamos –, o termo “deriva” possui, do mesmo modo, este sentido simultaneamente marinho e moral. Quanto a *chevêtre*, trabalhos recentes apontam soluções alternativas, considerando que as “tentativas” delignianas remetem a esta palavra para se referir ao “ponto nodal onde as diferentes linhas, tanto dos adultos, quanto das crianças, se encontram, se cruzam e por vezes se interrompem. A noção diz respeito assim justamente ao comum constituído. São pontos de interseção dos trajetos e, portanto, da vida em comum. A tradução do termo é difícil, pois se refere, por um lado, a algo de muito concreto, termo utilizado na construção civil (especialmente na construção de pontes) e denotando a peça que liga e suporta partes da estrutura, da armação; por outro lado, ouve-se no *chevêtre* evidentemente o *enchevêtré*, isto é, enredado, embolado, emaranhado” (Marlon Miguel, “Guerrilha e resistência em Cévennes. A cartografia de Fernand Deligny e a busca por novas semióticas deleuzo-guattarianas”, *Revista Trágica: estudos de filosofia da imanência*, 1º quadrimestre de 2015, v. 8, n. 1, pp. 57-71 (nota 18, p. 65)].

² Fernand Deligny, *Singulière ethnique. Nature et pouvoir et nature du pouvoir*, Paris, Hachette, 1980.

^{NT} [Pierre Clastres, *La Société contre l'État*. Recherches d'anthropologie politique, Paris, Minuit, 1974. Tradução brasileira: *A sociedade contra o Estado*, Rio de Janeiro, Francisco Alves, 1978. No original, Lourau se equivoca no título e ano da publicação, ao se referir a “*La société sans État* (1970)”].

adultos acompanhantes, frequentemente casais que se instalam por alguns meses ou anos. As quatro ou cinco áreas distam alguns quilômetros umas das outras;

– a organização social, institucional ou contra-institucional deste conjunto, ao qual se poderiam acrescentar, eventualmente, pelo menos dezenas de experiências (na França) de “lugares de vida”, alguns inspirados em Deligny. A experiência ou, segundo Deligny, a “tentativa”, a fim de preservar a forma reticular, recusa-se à institucionalização de uma estrutura centralizada. Este fato é essencial para nuançar as avaliações, no que tange à terapêutica, de uma ação com referencial sobretudo político. Pelo menos três fatores intervêm para reconstituir um esboço de centralidade: as necessidades administrativas, de gestão econômica, fora de qualquer subvenção oficial; a presença do fundador em uma das áreas, tramando os “centros de acolhida” para os visitantes, os observadores; e a notoriedade das obras de Deligny, somada ao seu carisma.

Três níveis da prática social acĺnica, apoiada em uma espécie de observação desarmada: constitui-se assim no devir, passo a passo, de um nível a outro, segundo um percurso menos lógico que *transdutivo*³, um *campo de coerência* de que temos poucos exemplos nos domínios da educação, da reeducação, da psicoterapia. É precisamente a ausência de uma vontade de coerência, a contradição considerada mais ou menos como fatal entre os três níveis destacados, que salta aos olhos quando se analisam, monográfica ou comparativamente, as mais célebres experiências pedagógicas ou psicoterápicas, de vanguarda ou libertárias.

Apesar de a “tentativa” deligniana, diferentemente do tantas outras, se esforçar em pensar as condições de sua coerência, nem por isso se faz necessário concluir que ela evolua sem negatividade. A contradição principal, sem a qual esta experiência estaria privada de quase toda visibilidade, é que sua extrema discricão, seu recolhimento quase “autístico”, fortemente indexados ao “fora da instituição”, sejam contrabalançados pela produção editorial do fundador (à qual se juntam muitos filmes, um ao menos exibido em circuito comercial). Guardadas as devidas proporções, podemos pensar na muito importante produção pedagógica e filosófica (igualmente literária, como a de Deligny) de um Janus Korczak, apóstolo dos direitos dos crianças, produção baseada no trabalho educativo fora da escola com algumas gerações de órfãos

³ Gilbert Simondon, *L'individuation psychique et collective*, Paris, Aubier, 1989.

poloneses vivendo em internatos. Sem malícia, podemos nos perguntar se Korczak e Deligny (e alguns outros) são pedagogos que escrevem ou escritores que têm necessidade de estar cercados de crianças. Maneira para nós, admiradores de Deligny, de não subestimar em seu empreendimento o papel da escritura como terreno e como traço. A escritura deste autor muito original possui a singularidade de ser um esforço permanente para “tramar” um vocabulário e uma sintaxe que deem conta de uma visão de mundo descentrada, reticular, transdutiva. Pode-se ainda sugerir que se trata daquilo que Henri Michaux⁴, transcrevendo suas experiências com drogas sob controle, denominou escritura *neotênica*^{NT}. A insistência com a qual Deligny substitui substantivos^{NT} por infinitivos (o “agir”, o “traçar”, etc.), a fim de dessubstancializar, de desidentificar as operações mais correntes, privando assim a linguagem de uma parte de seus malefícios identificatórios, o conduz à ideia de uma escritura incoativa, centrada não sobre o que já está lá, mas sobre aquilo que está em vistas de se produzir⁵. Transdutiva, neotênica, incoativa, a escritura de Deligny é como um quarto nível, juntando-se aos três primeiros da rede. Embora seja *a priori* somente um elemento de um conjunto constituído pelo empreendimento ou “tentativa”, ela representa, além de sua instrumentalidade de relatório e de “publicidade”, este conjunto enquanto tal.

Em seu primeiro período de educador especializado, trabalhando com jovens delinquentes, a escritura das obras é ainda bastante narrativa. *Graine de crapule* ou *Les vagabondes efficaces*, contudo, foram notados, talvez porque neles se elaborasse uma antropologia original, na contra-corrente dos discursos humanistas e reparadores: o que se tornaria, no segundo período, uma contra-antropologia do agir contra o fazer, do humano esquecido contra o todo-um-cada-um-que-nós-somos enquanto “sujeitos”^{NT}.

Desde o primeiro período, sobre o terreno da delinquência, Deligny desenvolve – num estilo voluntariamente assumido como de “irmão mais velho um pouco provocador” –, um questionamento das normas instituídas como adaptadoras e reparadoras pela ideologia cristã do trabalho social e, particularmente, pela “*Sauvegarde*

⁴ Henri Michaux, *Connaissance par les gouffres*, Paris, Gallimard, 1967.

^{NT} [Neotênica: relativa à persistência de características larvares no estado adulto].

^{NT} [A frase original é “L’insistance avec laquelle Deligny remplace *des mots* (palavras) par des infinitifs...”].

⁵ Dicionário *Littre*: “Os incoativos: verbos que designam um começo de ação, ou uma passagem de um estado a outro, como muitos de nossos verbos terminados em *ir*”. [Em português, os incoativos terminam frequentemente em “*ecer*”: *alvorecer*, *amadurecer*, *anoitecer* etc.].

^{NT} [No original, “... de l’humain oublié contre le *tout-un-chacun-que-nous-sommes* en tant que ‘sujets’”].

de l'enfance et l'adolescence en danger moral^{NT}, como se dizia em seu campo inicial, no atual setor psiquiátrico do hospital de Armentières (departamento do Norte). A crítica da reeducação anuncia e prepara a crítica da psicoterapia. Os símbolos reparadores que a sociedade adulta apresenta aos desviantes, pela boca dos educadores especializados, não são muito mais fiáveis do que aqueles que ela oferecerá aos marginais em desvantagem mental. Deligny não confia mais na sociedade institucionalizadora de Durkheim do que na instituição socializadora dos psicoterapeutas. Em contato com as “sementes de crápulas”^{NT}, pequenos gatunos e fugitivos impenitentes, assim como em contato com crianças “gravemente afetadas psiquicamente”, o questionamento da instituição toma ares imediatamente políticos neste jovem professor, membro do Partido Comunista. São arrastados na ruína dos conceitos não apenas a semiologia ou a nosografia médicas e sua lógica classificatória que serve de “paliativo” aos adultos “sãos”, educadores ou terapeutas, como também o princípio da autoridade adulta enxertado sobre a normatividade social e a saúde mental.

O campo de coerência, portanto, se edifica em tomo de dois eixos, sobre o fundo ideológico de um comunismo libertário:

– o das práticas e da construção de um saber regular, não institucional, em relação com diversas categorias de crianças e adolescentes rejeitados;

– o de uma reflexão antropológica cujos fundamentos políticos predispõem a não aceitar como óbvias as virtudes do diálogo e, em geral, da linguagem, sem falar da obviedade do simbolismo, tal como este último é oferecido ao adulto e à criança no face à face reeducativo, e cuja falência é demonstrada através das formas de violência escolar interpretadas como perda de referências.

“Mas que estranho campo: trata-se de nós, de nós mesmos”. “E por que, em nome de que seria necessário, *a priori*, que ‘o humano’ se reduzisse à função simbólica?”⁶. A implicação e mesmo a sobreimplicação de Deligny com sua questão se manifestam através destas duas simples frases. Pois, como ele chega a questionar cada vez mais o simbólico? A tomada em consideração da rede de traços das crianças autistas, ligada a uma desconfiança crescente quanto à ideologia linguageira, o

^{NT} [“Salvaguarda da infância e da adolescência em risco moral”].

^{NT} [Em francês, *graine de crapule* significa, literalmente, “semente de crápula”].

⁶ Fernand Deligny, *Le croire et le craindre*, Paris, Stock, 1978.

conduzem a opor, por um lado, o signo – que se faz, pois se faz signo – e o referente, que não se faz. Quanto ao símbolo, supõe um sistema de referência linguageiro, o do sujeito que não existe senão pela alteridade, pelo olhar do outro. Ora, os autistas nada têm a ver com a subjetividade e seus problemas identitários. São “refratários à domesticação simbólica, prescindem dessa imagem de homem de bem que nos incumbe”⁷. Todo o seu intelecto está mobilizado pelo *marcar*^{NT} de traços que se ordenam segundo uma rede complexa de entrecruzamentos, pelos quais, talvez, nossas próprias presenças e deslocamentos fazem sinal, desde que situados por uma pedra, um tronco de árvore, um recanto de cozinha: estes entrecruzamentos de “linhas de deriva” são denominados “ligaduras”.

Neste sentido, Deligny precisa: “Enquanto eu vejo o espaço humano semeado de ligaduras, outros o veem povoado de símbolos, e é evidente que ligaduras e símbolos não fazem um bom par”. Afirmação que não deve ser tomada ao pé da letra: os acompanhantes adultos e os autistas parecem, antes, fazer um bom casamento dentro da rede. As formulações polêmicas relativas ao simbólico ressaltam uma contradição teórica e política entre o mundo tal qual é e tal como poderia ser: “Além da exploração do homem pelo homem, há a domesticação simbólica”. Falando de seu autista-fetiche, Janmari: “É justamente por haver escapado à domesticação simbólica que ele não se pergunta qual é seu papel, se é homem ou mulher, mestre ou escravo, e que, constantemente, seja o júbilo que acompanha o reencontro de uma pilha de louça suja”.

É de uma outra relação ao mundo que nos fala o autista, no silêncio cortado por vagas crises ou grunhidos. Esta relação é como o traço fossilizado de um “humano” destruído pela instituição simbólica da linguagem. Nós aprendemos o fazer; nós esquecemos o agir (salvo em certas circunstâncias, como em determinados jogos de crianças ditas normais, nos automatismos da condução do automóvel ou também, talvez, no erotismo). “É preciso saber que este *fazer-aí* – a louça – atrai o *agir* e que é muito raro que uma criança autista resista à atração desses gestos, onde enxaguar assume envergaduras surpreendentes, a água não estando ali à toa, a água adquirindo uma *gravidade* a respeito da qual é bem difícil avaliar se vem do elemento ou do verter, transvazar, derramar, encher, etc... que ele permite”. E para concluir, de um ponto de

⁷ Fernand Deligny, *Les détours de l'agir ou le moindre geste*, Paris, Hachette, 1979. As citações que se seguem são retiradas deste livro, salvo quando houver indicação em contrário.

^{NT} [No original, *repérer*].

visto bastante incoativo: “Impossível decidir entre a coisa e o gesto que ela permite/exige/provoca”.

A normatividade indexada ao simbólico, e que explica amplamente a facilidade com que tantos educadores e terapeutas invocam magicamente tal noção, é designada por Deligny, seguindo Étienne de La Boétie (relido por Clastres), como servidão voluntária. “Para dizer a verdade, afirma ele, o obrigatório começa bem cedo. Ocorre-me ter lido em algum escrito – não seria de Jacques Lacan? – que o humano *deve* se ordenar no universo simbólico que é o do homem e que é, além disso, sem saída. Deve? Sob pena de que? De incoerência? E que dizer desse desordenado que resulta quando o dom malogra em sua graça? Aparecem os harmônicos do *agir*”.

Mundo fóssil, assexuado, desafetado; mundo da repetição. “Ora, esse reiterar comum que advém às crianças autistas, se ele nos choca, é porque dele não vemos nem o objeto, nem o projeto, eu deveria dizer a intenção: dele não vemos o fim, o que permite dizer que existem no infinitivo”. E acrescenta: “Sem este ponto focal de intenção subjetiva suposta estamos perdidos, o que é o primeiro passo no caminho do descobrir”. Descobrir o que? Que nossa subjetividade é feita de identificações a formas já dadas, traçadas ou edificadas por outros, bem calçadas sobre a religião dos símbolos, com vistas a reproduzir uma boa imagem do homem adulto rei do universo – o bom neurótico imbecil feliz –, uma “boa forma” no sentido da *Gestalttheorie*. “Retorno a Claude Lévi-Strauss”, declara Deligny, decididamente obsedado pela antropologia: “sem dúvida, o erro inelutável do homem é o de ter posto uma fronteira entre outras espécies e a sua. Melhor: ele não entende ser espécie, isso decorre de uma cegueira, de uma surdez”. E um pouco depois: “Em torno do dizer, os totalitarismos”. Com efeito, “os meandros do dizer [opostos aos meandros do agir] são vertiginosamente atraentes; o homem se figura. É como se ele se disfarçasse: e eu não falo da pessoa desempenhando seu papel. Quero dizer que ele se esconde. Neste caso, acreditemos que ele se abriga, deliberadamente, se agacha. Melhor valeria dizer que, pelo fato de o homem se figurar, ele pensa em sentido figurado, o real eclipsado, bem como todos os infinitos meandros do agir onde o humano nos espera, desde sempre, e sem dúvida para sempre”.

O recurso, mais que científico ou reflexivo, religioso (transcendente) ao simbólico coloca problemas assim que a violência social, saindo das obscuras lojas de reparo da psique, nos agride. Problema, “em particular aquele do uso funcional e normativo atualmente feito do simbólico pelos observadores externos de situações familiares de maus tratos, uso tanto mais sujeito à caução quanto mais é um dos atuais

instrumentos de predição, de gestão antecipatória dos “fatores de risco”, desembocando em uma maior intervenção sobre as famílias, em nome da prevenção dos maus tratos”. Esta observação de Laurence Gavarini⁸ resume o processo movido por Deligny contra o simbólico, enquanto panaceia ofertada pelo psicanalismo e também, cada vez mais, pelo sociologismo que grassa nos domínios da educação e das periferias obscuras (de fato, um só problema: o da educação enquanto periferia obscura^{NT} das ciências do homem). Aqueles que deploram o enfraquecimento da simbólica do pai talvez não tenham suficiente consciência das causas globais, extra-psíquicas (políticas, econômicas...) deste enfraquecimento. O declínio dos valores não é um fenômeno mental que se possa tratar a nível individual. Basta acompanhar os remanejamentos e bruscos deslocamentos de implicações – *shifting involvements*, segundo Albert Hirschmann⁹ – em um devir caótico da história e das ideologias que os ingênuos, seduzidos pelos muito bem promovidos profetas do pretenso “fim da história”, se dedicam a negar.

Perspectiva distinta consiste em não se contentar em lamentar o declínio do simbólico (sempre e antes de tudo o do pai), mas, ao contrário, descrever seus estragos, em um mundo em que ele experimenta o maior mal ao se situar numa sujeição global às piores contradições do pensamento neoliberal. É esta a perspectiva de Deligny em sua denúncia da domesticação simbólica. Também é a de Marc Richir, fenomenólogo marcado pela influência de Castoriadis: “Estamos antes tomados, atualmente, pela ideologia onipresente da exclusividade do simbólico, ou seja, da linguagem-sinal e do ‘mundo’ como dispositivo (*Gestell* no sentido heideggeriano) cego de sinais”¹⁰. Revelando a “tautologia simbólica” da instituição, seja ela de linguagem ou de seres de cultura, Richir acrescenta: “É verdade que não seríamos homens se a instituição simbólica não acompanhasse nossa vinda ao mundo, inscrevendo-nos em uma circularidade significativa. Mas não é menos verdadeiro que, se houvesse apenas isso, seríamos, de um lado a outro, animais simbólicos, todos tomados, senão de patologia simbólica individual, ao menos de patologia simbólica coletiva”. Deligny não diz coisa diferente.

⁸ Laurence Gavarini, “La cité eugénique ou les fondements d’un mythe moderne de l’équivalence des fonctions parentales”, *La lettre du G.R.A.P.E.*, n. 24, setembro/1996 – “Le père exclu : vers une société incestueuse ?”.

^{NT} [No original, *banlieues difficile* (literalmente, “subúrbio difícil”). Em razão da analogia empregada por Lourau em relação à educação, preferimos evocar, associada à alusão à periferia, o sentido da ignorância/desconhecimento/mistificação em relação aos dois temas].

⁹ Albert Hirschmann, *Shifting Involvements. Private Interest and Public Action*, Princeton, 1982; tradução francesa: Paris, Fayard, 1983.

¹⁰ Marc Richir, *Phénoménologie et institution symbolique*, Grenoble, Jérôme Millon Éditeur, 1990.

O *agir* e o *ligar* autísticos, movimentos transdutivos por propagação gradativa, ao longo das derivas e ligaduras – e não movimentos que, pela lógica das induções e deduções, conduziriam ao simbólico ou seriam guiados por ele – não são, para ele, um modelo real (modelo nostálgico de um “bom selvagem”), mas um modelo nominal, como o bom selvagem de Rousseau. Este modelo ajuda a dialetizar o que a lógica binária e a instituição simbólica cristalizam na tautologia, na circularidade. Falando, de bom grado, em “transbordamento” da instituição simbólica pela fenomenológica, Richir, como Deligny, reabilita a ideia de natureza que, por um efeito bizarro da lógica binária, havia sido excluída pela ideia de cultura, embora a segunda só tenha se edificado em relação à primeira. Também ele vê um supremo perigo na inflação dos símbolos que, em consequência, são esvaziados de seu conteúdo dinâmico, como se vê tão bem com o nazismo e outros totalitarismos.

Se a espécie humana não negasse sua natureza de espécie (cf. Deligny, acima) e aceitasse assumir suas solidariedades de espécie entre outras, o sono de sua razão não daria à luz monstros como as ideias totais (quando se tornam exclusivas e mortíferas) de Deus, de Estado, de Partido, de Povo, de Cultura, de Identidade, de Raça, de Pureza da raça e de Purificação étnica. Entre as solidariedades da espécie, aquela que chamarei de aceitação das crianças ou adultos “anormais” nos convida a analisar nossas reações de rejeição, ou ao menos de mal-estar, face às bizarras singularidades de indivíduos ou de “etnias singulares”, levando em conta nossas implicações na loucura (ou diferença) dos outros: a nossa, nós a reduzimos complacentemente a uma soma de particularidades finalmente suportáveis (ao menos assim o imaginamos) por nosso círculo; a soma de particularidades do outro é por nós percebida como um bloco singular, irreduzível a seus componentes, salvo um: a não-suportabilidade, por recusa ou incapacidade de “fazer como todo mundo”. Mas este “fazer” constitui o todo do nosso ser quando não fazemos, quando não dizemos nada, quando evoluímos nos “meandros do agir”? Quando, em nosso semissono de lactentes, ou nas silenciosas delícias do amor, conta “o mínimo gesto” – gestos tão transdutivos, tão próximos dos gestos amedrontados e ternos da folhagem na ventania, das massas d’água arrebatando na praia, mas também, quando o irremediável, o trágico, se abatem sobre nossa vida, do agir imóvel e mudo da pedra branca ou cinza à beira do caminho. “É um homem ou uma pedra ou uma árvore...”.

Eis-nos reconduzidos à questão antropológica tal como colocada, por vezes demasiado abruptamente, por Deligny. A contrapelo da sua época, que orchestra com demasiada facilidade o tema da subjetividade numa oposição estéril, porque binária,

anti-dialética, à objetividade, ele recorda a questão insistente do ser: este último compreende o sujeito, mas não é redutível a este pacote de identificações; há também a natureza, “o inato a-consciente, renitente por natureza às finalidades que se oferecem ao ser enquanto sujeito”¹¹. O que converge para as reflexões de um Gilbert Simondon, teórico da transdução, a propósito do pré-individual (que precede a individuação e subsiste no ser) ou do trans-individual que acompanha a individuação em sua dimensão coletiva. Pierre Clastres, caro a Deligny, igualmente fala de um “pré-social” e de um “meta-social”, sem os quais não se compreenderia que tais indivíduos ou tais “etnias singulares” ameríndias resistam, mesmo à sua revelia, aos encantos e ardis da servidão voluntária aos pés do Um, do Símbolo e do Centro. E é talvez na psicologia da criança não submissa ao evolucionismo piagetiano que se começa a encontrar as análises cujas implicações antropológicas, explícitas ou não, convergem para a interrogação recorrente de Deligny.

Dois exemplos: um, vindo da América do Sul, com uma psicanalista de crianças; o outro, proveniente dos EUA, com um pedopsiquiatra, simultaneamente clínico e experimentalista. Isabel Luzariaga examina os problemas neuróticos extremamente graves manifestados por crianças rejeitadas pela escola ou, antes, afetadas de anorexia escolar: são elas que, muito ativa e sistematicamente, rejeitam a instituição. “Decidem” voltar sua inteligência contra elas mesmas¹², mas esta pane, esta estase não é a interrupção de um desenvolvimento. Seria melhor dizer “que existe um *funcionamento muito ativo* contra a função intelectual, implicando em qualquer coisa como a existência de uma “contra-inteligência” orgânica e fértil em recursos, que age permanentemente, deixando por vezes a criança esgotada”. Sem nos determos nas interpretações psicanalíticas em termos de pulsão de morte, sublinhemos o caráter dinâmico da pulsão a-cognitiva, amplamente favorecida pelas coerções adaptadoras da instituição escolar; coerções das quais Célestin Freinet sublinhou os danos psicocognitivos no que concerne precisamente à anorexia escolar, às fobias devidas às punições, à dislexia generalizada e ao que chamo de *escolarismo*, análogo ao *hospitalismo* concebido por René Spitz¹³. “A criança (...) deve possuir uma boa dose de inteligência – não teme afirmar Isabel Luzariaga – para conseguir não ser inteligente”. Embora não se trate aqui de autistas, a observação é indubitavelmente válida para estes últimos, observados por Deligny. E a

¹¹ Fernand Deligny, *Le croire et le craindre*, op. cit.

¹² Isabel Luzariaga, *La inteligencia contra si mismo. El niño que no aprende*, Buenos Aires, Editorial Psique, s.d.

¹³ Célestin Freinet, *La santé mentale de l'enfant*, Paris, Maspero, 1978.

pulsão de morte é, talvez, uma referência inadequada quando se trata da hipótese de que “o organismo tenta retornar à forma inanimada da qual surgiu e à sua anulação [aniquilação] como ser vivo organizado”. Esta remanência do pré-individual simondoniano ou do “inato a-consciente” deligniano é muito significativa quanto à tese antropológica subjacente de um ser humano que não se confunde com seu processo de subjetivação pelo acesso à linguagem e ao universo simbólico – aqui, o da interiorização das normas escolares e/ou familiares.

Daniel Stern, por sua vez, propõe uma teoria do desenvolvimento infantil e humano em geral como processo cumulativo, e não como sucessão de etapas que se anulam (ele se refere diretamente a Piaget). O desenvolvimento não é suscetível de ser descrito em termos de estádios ou de etapas, termos que induzem à ideia de um projeto irreversível, percorrido e anulado à medida em que se avança, como quando se “devoram” quilômetros viajando de carro ou avião. Não se deve confundir Stern com seu homônimo mais velho, aquele que, a partir da escala de inteligência de Binet, inventa o sinistro QI – quociente intelectual – e, não contente com isso, introduz a ideia de uma etapa “transdutiva”, provisória e a ser eliminada, da inteligência infantil, o que leva Piaget a nele se apoiar. Daniel Stern prefere falar de quatro diferentes “sentidos de si”, que não se anulam mutuamente à medida que aparecem, mas se acumulam, mesmo na idade adulta:

- *emergent self*, até dois meses;
- *core self*, de dois a seis meses;
- *subjective self*, de sete a quinze meses;
- *verbal self*, “mais tarde”.

“Uma vez formado, cada sentido de si continua a funcionar plenamente e a ser ativo ao longo de toda a vida. Todos continuam a se desenvolver e a coexistir”. A psicologia dos estádios sucessivos e eliminatórios deve ser rejeitada: “Contesto totalmente a noção de fases de desenvolvimento consagradas a problemáticas precisas como a oralidade, o apego, a autonomia, a independência e a confiança. As problemáticas visualizadas como tarefas de desenvolvimento próprias a certas épocas da primeira infância são consideradas aqui como presentes ao longo da vida inteira”¹⁴. A propósito dos dois primeiros sentidos de si, Stern é instado a afastar, quanto ao

¹⁴ Daniel Stern, *The interpersonal world of the infant*, New York, Basic Books, 1985; tradução francesa: Paris, PUF, 1989. [ed. bras.: *O mundo interpessoal do bebê*. Uma visão a partir da psicanálise e da psicologia do desenvolvimento. Trad. M. A. V. Veronese. Porto Alegre: artes médicas, 1992].

primeiro, a ideia de “fase autística” e, quanto ao segundo, de “fase simbólica”. O conceito de transdução como propagação não seletiva, acompanhado de defasagens do ser no percurso de individuação (Simondon), impõe-se aqui com a hipótese de uma continuidade entre o pré-individual e a individuação subjetiva. Nosso devir não está cortado em fatias. Nossa experiência existencial e nosso conhecimento científico não são disjuntos (do mesmo modo que não o são, apesar das aparências, o saber do carpinteiro e o do padeiro), contrariamente àquilo que uma má teologia batizada de epistemologia gostaria de nos fazer crer. Uma minoria de pesquisadores célebres e uma massa de pesquisadores menos conhecidos estão aí para testemunhar que, entre a vida cognitiva e a vida afetiva, qualquer ruptura epistemológica depende de uma operação de prestidigitação. Contra as vulgatas de Piaget (e, em menor grau, de Wallon, que reconhecia, contra Piaget, o papel da afetividade), o desmembramento de nosso devir em estádios ou etapas conspira em favor da maior glória da razão classificatória e contra a individuação do todo cada um que somos.

A antropologia ou a contra-antropologia de Fernand Deligny, o que quer que diga a instituição científica, está aí para nos lembrar, apoiando-se na curiosa base empírica dos autistas, que não somos somente adultos “cidadãos de bem”^{NT}, “bem sob todos os aspectos” (exceto em relação a nós mesmos). O simbólico é uma propriedade (talvez não exclusiva) de nossa espécie. Devemos assumi-lo, sem por isso nos orgulharmos, a ponto de cultivar uma distinção antropológica, racial, identificatória, destinada a mascarar nossa alienação objetiva de “sujeitos” subjugados. Afinal, já dizia Paul Valéry em seus *Carnets* póstumos, o ego é apenas uma “frequência”, um “hábito, uma lembrança”. Muito implicado neste problema que o obseda ao longo de toda a vida, ele manifesta a “recusa indefinida de ser o que se é”. E confessa: “E em geral, a crença necessária para ser interiormente o que quer que seja de definido me falta totalmente”¹⁵. Esta é, talvez, também a desvantagem, a implicação existencial e intelectual de Deligny. E do autor deste artigo.

^{NT} [A expressão utilizada por Lourau é “bon chic bon genre”, que pode ser compreendida pelo jocoso conformismo daqueles que são “convenientes, como convém”. Essa expressão caracteriza, pejorativamente, uma pessoa de aparência ou de comportamento diligentemente “convencional”, “burguês” etc. (Alain Rey et Sophie Chantreau, *Dictionnaire d'expressions et locutions*, Paris, Le Robert, 2003)].

¹⁵ Paul Valéry, *Ego scriptor*, Paris, Gallimard, 1992.